

HABEAS CORPUS Nº 514.817 - RS (2019/0166135-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MICHELE SOBOLESKI CAVALHEIRO
ADVOGADO : MICHELE SOBOLESKI CAVALHEIRO - RS070974
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DENISE BERNARDI MARTINS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DENISE BERNARDI MARTINS contra decisão monocrática proferida pela Desembargadora Relatora do HC n.º 70081028193, impetrado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Narra a Defesa que a Paciente obteve a progressão de regime para o aberto, mas que ela faz jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 117 da Lei de Execução Penal, porque tem um filho de 5 (cinco) anos de idade (fl. 4).

Requer a concessão de liminar para que seja reconhecido "*o direito, da paciente, à prisão domiciliar, determinado, ainda, a expedição, consequentemente, de imediato, o alvará de soltura da paciente*" (fl. 7).

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia de todas as peças processuais que comprovem o alegado na inicial – **não colacionou a cópia da decisão que teria indeferido o pedido de prisão domiciliar** –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em

21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora